

As disciplinas dialogam, os praticantes nem tanto: breve reflexão sobre turismo, arqueologia, antropologia e museus.

TATIANA NEIS ELESBÃO¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – tatiananeis.tn@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Arqueologia Pública caracteriza-se enquanto um debate dentro de sua disciplina-mãe, a arqueologia. Não possui, portanto, um *modo de fazer*, nem um recorte específico dentro da arqueologia – como a arqueologia pré-histórica, a arqueologia da escravidão, a bioarqueologia – mas sim um viés questionador do seu *modus operandi*.

Toda arqueologia é essencialmente pública, pois é feita *para alguém* – seja para o Estado, afim de patrimonializar um local, ou a partir de uma demanda da comunidade para que haja a patrimonialização de um local, ou ainda para instituições de pesquisa independentes, nacionais e estrangeiras – e é feita dentro de um espaço muitas vezes ocupado previamente, ou seja, se estabelece uma relação com aquela comunidade presente no local. Esta relação nem sempre é aprofundada, e muitas vezes é desprovida de amistosidade, onde o profissional é colocado, ou se coloca, como detentor do saber e de autoridade sobre os objetos que serão encontrados, levados para um laboratório, minuciosamente analisados e catalogados, e posteriormente fomentarão pesquisas e preencherão museus.

Porém, há trabalhos – como os que serviram de referências para este exercício de reflexão – onde o profissional articula a sua *praxis* com a comunidade e seus saberes, escuta seus desejos sobre aquele espaço, e ainda trabalha em conjunto com estas pessoas, ouvindo o que eles têm a dizer sobre a relação com o local onde vivem, posto que a equipe multidisciplinar de pesquisas deste gênero aterrissa em uma área onde o passado e o presente situam-se de maneira entrelaçada. (Alfonso 2012; Guimarães 201; Manzato 2013)

2. METODOLOGIA

A discussão que pretendo apresentar aqui realizou-se partindo de um artigo presente na bibliografia da disciplina Arqueologia Pública – Velozo e Cavacanti (2007) – que aborda o turismo em sítios arqueológicos, diferentes modos de apresentar o patrimônio arqueológico, além de trazer discussões sobre museus e relações da comunidade com este turismo patrimonial. Este foi o texto que possibilitou um primeiro contato e o interesse pelo tema aqui abordado; trago também como ponto de partida deste trabalho o artigo de Bezerra (2013) – igualmente presente na bibliografia – que é fruto de um estudo de caso, que traz as mesmas discussões que o artigo anterior, porém com o adicional de uma reflexão a respeito do seu contexto de pesquisa e transcrição de algumas falas dos interlocutores. Trata também da relação da comunidade com o patrimônio que, antes de ser considerado como tal, faz parte do cotidiano daquelas pessoas, trazendo a discussão de arqueologia sensorial para fomentar sua argumentação.

Utilizando destes dois textos, e discorrendo brevemente sobre turismo e patrimônio para fomentar minha conclusão, este trabalho um estudo de caso específico¹, mas exporá uma breve discussão teórica – desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica e das discussões realizadas em sala de aula - que objetiva suscitar uma reflexão a respeito do turismo arqueológico com sua demanda turística crescente e seus desdobramentos nas comunidades em que se inserem, e os possíveis efeitos disto, tais como: os museus implantados, a educação patrimonial realizada, a patrimonialização de locais e a musealização de sítios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para pensar a Arqueologia Pública, é necessário pensar o turismo, os museus, os patrimônios e as comunidades. Portanto, a partir de reflexões teóricas embasadas em um levantamento bibliográfico, objetivo tratar de questões que são caras à este debate da arqueologia, partindo do turismo e do patrimônio arqueológico para refletir sobre a relação destes com as comunidades localizadas nas imediações espaços turísticos, assim como seus desdobramentos.

A relação entre turismo e patrimônio tem sido alvo de críticas negativas, pois o que foi por muito tempo considerado como atividade turística traria alterações ou “perda” da cultura local através da mercantilização. Mas a partir do conceito antropológico de cultura – que compreende um processo dinâmico e em constante transformação - estas afirmações têm sido confrontadas. A visão frugal do turismo enquanto “vilão” não contempla as novas ações de planejamento exaustivo feito para que um local torne-se um local de atividade turística – incluindo exposições de museus, construção dos mesmos, planejamento de roteiros e divulgação destes – e no envolvimento da comunidade estabelecida no local, que pode cada vez mais questionar a posição e o rumo deste desenvolvimento turístico e até redefinir suas próprias identidades no decorrer dos processos de implantação e desenvolvimento do Turismo.

Assim, há políticas de planejamento turístico que envolvem a comunidade de maneira ativa, onde escutam seus anseios e valorizam as falas de seus habitantes, que demonstram como querem que a atividade turística seja realizada – ou não - o que deseja mostrar e preservar. Isto permite um contato entre diferentes alteridades – pesquisador e/ou educador patrimonial e as pessoas da comunidade – elucidando a diferença, muitas vezes, entre o que o Estado (de onde geralmente partem as políticas de planejamento turístico e de gestão patrimonial) entende como patrimônio, e o que é patrimônio para aquelas pessoas que moram ao lado de um monumento histórico, ou que passam por ele todos os dias. Enfim, permite outra visão do mesmo conceito, bem como de que maneiras este conceito cristaliza e institucionaliza, concomitantemente.

Museus são imprescindíveis para se pensar arqueologia pública e turismo, pois todas estas áreas estão entrelaçadas – ainda que o diálogo entre elas se faça ausente – na medida em que a arqueologia, a antropologia e a museologia ajudam a construir e fomentar um imaginário da identidade nacional, pois o museu (para onde vai parte dos vestígios arqueológicos oriundos das pesquisas) é um local sempre pensado com o propósito de preservar e atribuir significados aos bens que ali se encontram, fortalecendo, portanto, uma ideia de nação, sendo concebido para fazer a mediação entre as comunidades e a cultura material e como um instrumento de aprendizado. Vale ressaltar que os museus configuram-

¹ Não trago para o texto, apesar de já ter realizado estudo empírico sobre patrimônio e sua relação com as pessoas que vivem perto do local, em Caçapava do Sul, RS.

se como os principais mediadores entre sociedade e patrimônio arqueológico no país, devido às características deste patrimônio geradas por pesquisas que possuem enfoque nos sítios pré coloniais. Estas instituições podem ser espaços que “criam condições para que a comunidade participe da salvaguarda de seu patrimônio cultural” (Carmona, 2011:115). Os museus portanto possuem a função de transmitir uma mensagem, que pode ser feita de uma maneira mais participativa, ética e inclusiva.

4. CONCLUSÕES

A contribuição que a comunidade adiciona a um planejamento turístico e a pesquisas arqueológicas é, muitas vezes, ignorada; e passar por cima deste conhecimento faz com que tenhamos muitos destinos turísticos que atraem o público de fora, porém não são visitados pela própria comunidade dos arredores, pois não há a identificação destas pessoas com o que foi pensado pelas instituições como sendo patrimônio ou como sendo digno de ser apresentado para o público turístico enquanto representativo da identidade daquela localidade.

Logo, o patrimônio da comunidade e o patrimônio institucionalizado e “vendido” pelas políticas turísticas fomentadas pelas pesquisas arqueológicas e antropológicas nem sempre correspondem à mesma coisa. Mas então quem deve determinar o que é patrimônio e como os roteiros turísticos devem ser elaborados? Esta pergunta não obterá sua resposta nestas poucas páginas, mas já serve para inquietar a mente de pesquisadores de diversas áreas – formados ou não – sobre a existência e importância do *outro* em seus trabalhos, tantas vezes esquecida à sombra de uma autoridade incrustada em quem está a serviço de órgãos públicos e de instituições de pesquisa.

A arqueologia pública, sendo um debate, é um lugar de diálogo, em falta entre a comunidade e os agentes de turismo, em falta entre os arqueólogos, antropólogos e as comunidades, entre museólogos, comunidades e arqueólogos, enfim. É preciso ouvir e ser ouvido, e entender que todos – agentes de turismo, pesquisadores e comunidade – têm interesses e objetivos entrelaçados e dependem um do outro para que haja coesão entre o que é procurado em um roteiro turístico (a demanda turística) e o que é sentido e desejado pelas pessoas que moram perto destes locais. A arqueologia pública solicita que os profissionais saiam de suas zonas de conforto e repensem o seu *modus operandi* e seus desdobramentos para além das quadrículas e do laboratório; e é justamente por seu desejo de desconstrução que ela ainda é vista com receios por parte da comunidade acadêmica, com seus modos de fazer rigidamente consolidados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO, Louise Prado. Turismo, Patrimônio e planejamento participativo. In: **“Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social.”** 2012. 377f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BEZERRA, Márcia. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: Reflexões a Partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, (7): 107-122, 2013.
- GUIMARÃES, Adriana Meinking. Espaços para Diálogos Interdisciplinares e Participativos: O Turismo na Gestão do Patrimônio Arqueológico. In: **“Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba, Amazonas.”** 2012. 273f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MANZATO, Fabiana. Arqueologia e Turismo. In: **“Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas.”** 2013. 193f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013 (p. 33-39)
- VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, 20: 155-168, 2007.